XI - elaborar indicadores que possibilitem a avaliação de desempenho dos órgãos de direção intermediária e de execução;
 XII - manter base de dados com informações dos resultados da avaliação das atividades desempenhadas pelos órgãos de direção intermediária e de execução;
 XIII - realizar inspeções nos órgãos de direção intermediária e de execução, para o fiel cumprimento do plano tático, conforme as atribuições de cada órgão;
 XIV - promover a fiscalização das ações e operações desenvolvidas pelos Comandos Operacionais Intermediários;
 XV - promover a difusão da filosofia de polícia comunitária e o emprego de estratégias de mobilização social na resolução dos problemas que afetam a segurança pública;
 XVI - adotar medidas para que os Comandos Operacionais Intermediários hajam fundamentados em pesquisa, análise criminal, inteligência e adotem a estratégia de Policiamento Orientado por Problemas;
 XVII - fomentar a participação social na discussão dos problemas de segurança pública;
 XVIII - incentivar, por meio da meritocracia, a participação de oficiais e praças no estudo constante dos problemas que afetam a segurança pública;
 XIX - expedir normas e orientações técnicas no âmbito de sua competência;
 XX - propor e acompanhar projetos de interesse no âmbito da atividade fim;
 XXI - propor a aquisição de tecnologias que propiciem a melhoria dos serviços realizados pelos órgãos de direção intermediária e de execução;
 XXII - promover a cooperação entre os órgãos de direção intermediária e entre estes e os órgãos de execução;
 XXIII - promover a atuação harmônica, integrada, cooperativa e convergente da polícia militar com os órgãos do sistema de segurança pública.

Art. 55. Ao Chefe do Departamento Geral de Operações compete:
 I - administrar as atividades do Departamento Geral de Operações.

II - zelar para que os órgãos subordinados cumpram fielmente todas as disposições legais e regulamentares;

III - atuar de forma que exista entre órgãos subordinados a maior coesão e uniformidade possíveis, de forma a ser mantida a indispensável unidade, disciplina e emprego operacionais;

IV - cumprir e fazer cumprir as Diretrizes, Planos e Ordens expedidos pelo Comandante Geral e Chefia do Estado-Maior Geral;

V - Informar sistematicamente ao Estado Maior Geral a avaliação e desempenho dos órgãos de direção intermediária e de execução;

VI - cumprir e fazer cumprir o planejamento em nível tático da corporação junto aos órgãos de direção intermediária e de execução;

VII - realizar supervisões técnicas nos órgãos de direção intermediária e de execução, para o fiel cumprimento do plano tático, conforme as atribuições de cada órgão;

VIII - realizar a coordenação, em nível tático, do emprego da tropa nas atividades de polícia ostensiva;

IX - desdobrar diretrizes, planos e ordens emanadas do Comando-Geral, em conformidade com o Plano Estratégico da Corporação;

X - expedir normas e orientações técnicas no âmbito de sua competência;

XI - propor e acompanhar projetos de interesse no âmbito da atividade fim;

XII - propor a aquisição de tecnologias que propiciem o aprimoramento das atividades desenvolvidas pelos órgãos de direção intermediária e de execução;

XIII - promover a cooperação entre os órgãos de direção intermediária e entre estes e os órgãos de execução;

XIV - promover a atuação harmônica, integrada, cooperativa e convergente dos órgãos de direção intermediária e de execução;

XV - exercer a coordenação das atividades realizadas pelos órgãos de direção intermediária e de execução;

XVI - submeter à aprovação do Estado Maior Geral as instruções e outros atos normativos referentes à produção de doutrina para o alinhamento ao plano estratégico da corporação;

XXVII - aprovar os planos de férias dos órgãos subordinados, de acordo com as diretrizes do Estado Maior Geral;

XXVIII - exercer outros encargos que lhe forem atribuídos pelo Comandante Geral, pelo Chefe do Estado Maior Geral ou dispositivo normativo em vigor.

Subseção II

Do Assistente do Departamento Geral de Operações

Art. 56. Ao Assistente do Chefe do Departamento Geral de Operações compete:

I - assessorar o Chefe do Departamento Geral de Operações no cumprimento de suas atribuições;

II - controlar as atividades da Secretaria do Departamento Geral de Operações

III - zelar pela escrituração dos documentos do Departamento Geral de Operações;

IV - cuidar dos expedientes da chefia do Departamento Geral de Operações;

V - difundir para as Seções do Departamento Geral de Operações, repartições e estabelecimentos, documentos que por sua natureza, possam servir de subsídios para a operacionalização de suas atividades;

VI - prestar e solicitar informações legalmente permitidas aos órgãos que compõem a estrutura básica da corporação no que diz respeito ao desempenho de suas atividades;

VII - exercer outros encargos que lhe forem atribuídos pelo Chefe do Departamento Geral de Operações ou dispositivo normativo em vigor.

Subseção III

Da Seção de Policiamento Preventivo do Departamento Geral de Operações

Art. 57. À Seção de Policiamento Preventivo do Departamento Geral de Operações compete:

I - cumprir e fazer cumprir o planejamento em nível tático da corporação junto aos órgãos de direção intermediária e de execução;

II - elaborar os indicadores de produtividade, relacionados às metodologias de policiamento preventivo dos órgãos de direção intermediária e de execução para subsidiar o Plano de Policiamento Ostensivo da Capital, o Plano de Policiamento Ostensivo da Região Metropolitana, o Plano de Policiamento Ostensivo do Interior, bem como o Planejamento das Operações ordinárias com repercussão no Estado, conforme o calendário de eventos da Corporação;

III - dirigir, orientar, coordenar e controlar o emprego dos recursos utilizados nas iniciativas de policiamento preventivo;

IV - elaborar, conjuntamente com a 3ª Seção do EMG (PM/3), o calendário de eventos da Corporação, visando subsidiar o Planejamento das Operações ordinárias no âmbito da Corporação, com ênfase para as que repercutem no Estado;

V - promover precipuamente as ações preventivas do policiamento, entendidas como ações ordinárias para a preservação da ordem, por meio das ferramentas de prevenção situacional, caracterizando-se o emprego do 1º esforço do policiamento;

VI - elaborar relatórios de produtividade dos órgãos de direção intermediária e de execução visando orientar o planejamento das atividades de polícia ostensiva concernentes à atividade fim, em consonância com a política e as diretrizes do Comando Geral;

VII - promover a melhoria de processos relacionados às metodologias de policiamento preventivo que propiciem o aumento da qualidade dos serviços realizados pelos órgãos de direção intermediária e de execução;

VIII - elaborar indicadores para os órgãos de direção intermediária e de execução que possam avaliar os impactos das estratégias, ferramentas e iniciativas de policiamento preventivo implementadas;

IX - manter base de dados com informações dos resultados da avaliação das atividades desempenhadas pelos órgãos de direção intermediária e de execução;

X - Elaborar relatórios referentes às inspeções nos órgãos de direção intermediária e de execução, para o fiel cumprimento do plano tático, conforme as atribuições de cada órgão;

XI - Incentivar e valorizar as práticas de respeito aos Direitos Humanos, a valorização profissional, ética e a melhoria das relações interpessoais no âmbito interno das OPM subordinadas;

XII - Incentivar, por meio da meritocracia, a participação de oficiais e praças no estudo constante dos problemas que afetam a segurança pública;

XIII - desdobrar diretrizes, planos e ordens emanadas do Comando-Geral, em conformidade com o Plano Estratégico da Corporação no que pertine às suas atribuições;

XIV - propor e acompanhar projetos de policiamento preventivo;

XV - propor a aquisição de tecnológicas que propiciem a melhoria dos serviços realizados pelos órgãos de direção intermediária e de execução;

XVI - promover a cooperação entre os órgãos de direção intermediária e entre estes e os órgãos de execução;

XVII - criar modelos de processos que propiciem o controle da qualidade dos serviços realizados pelos órgãos de direção intermediária e de execução;

XVIII - exercer outros encargos que lhe forem atribuídos pelo Chefe do Departamento Geral de Operações ou dispositivo normativo em vigor.

Art. 58. Ao Chefe da Seção de Policiamento Preventivo do Departamento Geral de Operações compete:

I - operacionalizar as atividades da Seção;

II - cumprir as diretrizes, planos e ordens na esfera de suas atribuições;

III - assessorar o Chefe do Departamento Geral de Operações no cumprimento de suas atribuições;

IV - manter, gerir e aprimorar o arquivo de documentos relacionados à atividade-fim e de interesse Institucional;

V - exercer outros encargos que lhe forem atribuídos pelo Comandante Geral ou Chefe do Estado-Maior Geral, ou dispositivo normativo em vigor.

Subseção IV

Da Seção de Policiamento Repressivo do Departamento Geral de Operações

Art. 59. À Seção de Policiamento Repressivo do Departamento Geral de Operações compete:

I - cumprir e fazer cumprir o planejamento em nível tático da corporação junto aos órgãos de direção intermediária relacionado às metodologias de policiamento repressivo;

II - participar da elaboração do Plano de Policiamento Ostensivo da Capital, Plano de Policiamento Ostensivo da Região Metropolitana, bem como do Plano de Policiamento Ostensivo do Interior;

III - elaborar, tendo por base as diretrizes do Estado Maior Geral, planos de contingência para situações de crise no Estado;

IV - elaborar, tendo por base as diretrizes do Estado Maior Geral, o Planejamento das Operações extraordinárias, com repercussão no Estado;

V - orientar, coordenar e fiscalizar os planos operacionais de intervenção referentes à metodologia de policiamento repressivo da Corporação, visando o eficiente emprego da Polícia Militar;

VI - promover, precipuamente, as ações extraordinárias especializadas do policiamento repressivo, entendidas como o apoio por tropas especiais em situações que caracterizem a necessidade do emprego do 2º ou 3º esforço do policiamento;

VII - orientar os órgãos de direção intermediária e de execução, quanto à operacionalização do planejamento estratégico da corporação;

VIII - planejar em conjunto com os Comandos Operacionais Intermediários a execução das atividades de polícia ostensiva concernentes à atividade fim, em consonância com a política e as diretrizes do Comando Geral;

IX - colaborar na elaboração de indicadores para os órgãos de direção intermediária e de execução que possam medir a avaliação de resultados;

X - colaborar na manutenção de base de dados com informações dos resultados da avaliação das atividades desempenhadas pelos órgãos de direção intermediária e de execução, no sentido de sugerir ao Estado Maior Geral o aprimoramento e mudanças no planejamento estratégico;

XI - realizar a coordenação tática do emprego da tropa Comandos Operacionais Intermediários;

XII - desdobrar diretrizes, planos e ordens emanadas do Comandante-Geral, em conformidade com o Plano Estratégico da Corporação, no que pertine às suas atribuições;

XIII - propor e acompanhar projetos de interesse no âmbito da atividade fim;

XIV - propor a aquisição de tecnológicas que propiciem a melhoria dos serviços realizados pelos órgãos de direção intermediária e de execução;

XV - promover a cooperação entre os órgãos de direção intermediária e entre estes e os órgãos de execução;

XVI - exercer outros encargos que lhe forem atribuídos pelo Chefe do Departamento Geral de Operações ou dispositivo normativo em vigor.

Art. 60. Ao Chefe da Seção de Policiamento Repressivo do Departamento Geral de Operações compete:

I - operacionalizar as atividades da Seção;

II - cumprir as Diretrizes, Planos e Ordens na esfera de suas atribuições;

III - assessorar o Chefe do Departamento Geral de Operações no cumprimento de suas atribuições;

IV - manter, gerir e aprimorar o arquivo de documentos relacionados à atividade-fim e de interesse Institucional;

V - exercer outros encargos que lhe forem atribuídos pelo Chefe do Departamento Geral de Operações ou dispositivo normativo em vigor.

Seção VI

Da Competência e Estrutura do Centro de Inteligência Subseção I

Do Centro de Inteligência

Art. 61. O Centro de Inteligência, órgão de direção geral e agência de inteligência central do Sistema de Inteligência Policial Militar, subordinado ao Comandante Geral, é responsável, em nível tático, pelo exercício permanente de ações especializadas no âmbito da Corporação, orientadas para a produção e proteção do conhecimento, com vistas a assessorar o Comando da Corporação na tomada de decisão, concernentes a atividade fim, assim constituído:

I - Chefe;

II - Seção de Inteligência Estratégica:

a) Subseção de Operações de Inteligência;

b) Subseção de Análise de Inteligência;

III - Seção de Estatística Operacional e Processamento de Dados:

a) Subseção de Estatística Operacional;

b) Subseção de Processamento de Dados, Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

IV - Secretaria;

V - Núcleos Regionais.

Art. 62. O Chefe do Centro de Inteligência, subordinado diretamente ao

Comandante-Geral, possui as seguintes atribuições: